

JUNTOS PERMANECEMOS, DIVIDIDOS CAÍMOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A LIDERANÇA REGIONAL DO UZBEQUISTÃO NA ÁSIA CENTRAL

JUNTOS PERMANECEMOS, DIVIDIDOS CAEMOS: DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA EL LIDERAZGO REGIONAL DE UZBEKISTÁN EN ASIA CENTRAL

Guilherme Geremias da Conceição¹

¹Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: guilherme.g.conceicao@unesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9591-5048>.

Recebido em: 15/02/2024 | Aceito em: 07/06/2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O presente trabalho busca responder de que forma as tentativas de associação malsucedidas na Ásia Central podem indicar o fim do regionalismo centro-asiático frente ao recente papel que o Uzbequistão tem desempenhado enquanto promotor do diálogo e da cooperação local. Para tanto, a pesquisa baseou-se na revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias, e analisa o contexto das iniciativas de integração regional e os motivos que as levaram à extinção. Paralelamente, pretende-se estabelecer um paralelo entre as motivações centro-asiáticas à cooperação e os condicionantes que inviabilizam o seu avanço. Examina-se ainda as potencialidades do governo uzbeque, bem como os alcances e limitações de sua possível liderança na Ásia Central.

Palavras-chave: Regionalismo; Ásia Central; Uzbequistão.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo responder cómo los intentos fallidos de asociación en Asia Central pueden indicar el fin del regionalismo centroasiático a la luz del reciente papel de Uzbekistán como promotor del diálogo y la cooperación local. Para ello, la investigación se basa en una revisión bibliográfica de fuentes primarias y secundarias y analiza el contexto de las iniciativas de integración regional y las razones de su desaparición. Al mismo tiempo, busca establecer un paralelo entre las motivaciones centroasiáticas para la cooperación y los factores que obstaculizan su avance. También se examina el potencial del gobierno uzbeko, así como el alcance y las limitaciones de su posible liderazgo en Asia Central.

Palabras clave: Regionalismo; Asia Central; Uzbekistán.



INTRODUÇÃO

*Birlashgan ozar,
Birlashmagan tozar*

O provérbio uzbeque, que traduzido livremente para o português significa “juntos permanecemos, divididos caímos”, faz parte de um conjunto abrangente de práticas comunitárias que remontam a história do Uzbequistão. Ainda assim, os recentes esforços de Tashkent para a promoção da integração centro-asiática permanecem dividindo opiniões. Se por um lado o governo do então presidente Islam Karimov (1991-2016) buscou potencializar a geografia estratégica do país para extrair concessões de seus vizinhos e maximizar a sua autonomia perante Moscou, Pequim e Washington, por outro, a ascensão política de Shavkat Mirziyoyev (2016-atualmente) representou um reposicionamento desta abordagem na esfera externa para uma atuação regional mais propositiva e pluralista (Weitz, 2018; Abraço, 2020).

Em um Sistema Internacional cada vez mais interdependente e multipolar, ao revisitar algumas das principais contribuições teóricas para o estudo dos processos de regionalismo, torna-se evidente que os agrupamentos regionais desfrutam de inúmeras vantagens. Estima-se, por exemplo, que cerca de 40% do comércio global ocorra entre países que fazem parte de algum tipo de integração regional (Djamalov, 2022). Essa associação, no entanto, pode possuir objetivos distintos e multifacetados. Entre eles, destaca-se a busca por interesses comuns que provavelmente não seriam alcançados sem a sinergia e a cooperação de diferentes nações.

Para James Rosenau (1968), a simetria econômica e a proximidade geográfica, assim como aspectos culturais, linguísticos e históricos compartilhados, servem como “pré-requisitos” para esse processo de “fusão” de interesses e aumentam as potencialidades da integração. Geralmente, os Estados se unem com base em níveis semelhantes de escala econômica, o que significa que nações em desenvolvimento tendem a se unir com outras em fases semelhantes, enquanto países industrializados a outros de mesmo estágio. Além disso, a presença de uma fronteira comum, relações históricas estabelecidas e valores culturais semelhantes são fortes motivadores para a formação dessas organizações.



Logo, a existência destes processos regionais se torna essencial para promover um desenvolvimento econômico internacional sustentável e pacífico, e, de forma mais ampla, garantir uma governança global mais democrática. Rosenau (1968) ainda defende que, muitas vezes, tais grupos surgem da liderança e cooperação bem-sucedida de um país, que acaba atraindo a atenção e o interesse de nações vizinhas ou da mesma localidade (Rosenau, 1988). Para tanto, a localização geográfica, com ênfase na posição central do Uzbequistão no contexto asiático, é um fator de considerável destaque para o futuro da integração na Ásia Central.

Conforme o relatório do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), é esperado que o PIB das repúblicas desta região cresça 5,9% em 2024 (Fanger, 2023). A união centro-asiática, nesse sentido, é entendida como uma alternativa para impulsionar o seu crescimento econômico, mas também para criar um espaço amistoso, onde se desenvolva a infraestrutura, a estabilidade e a segurança, a cooperação sociocultural, e, principalmente, o compartilhamento de recursos naturais, especialmente a água². No entanto, a despeito das diversas tentativas, a implementação de uma “integração da Ásia Central” após a sua independência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, nunca seguiu adiante.

Logo, se faz necessário entender a complexa realidade centro-asiática que, muitas vezes, condiciona o posicionamento internacional desses Estados e, em último caso, limita o escopo e a efetividade de suas iniciativas regionais. Diante desta situação, o presente trabalho busca analisar os desafios e as perspectivas impostas à “liderança regional” uzbeque para a concretização de um processo mais restrito de regionalismo. Para tanto, pretende-se examinar as iniciativas de integração anteriores, no âmbito da Comunidade Econômica da Ásia Central (CAEC), e os motivos que as levaram à extinção. Além disso, a pesquisa investiga o papel atual do Uzbequistão como mediador de impasses e, em última instância, fiador da estabilidade regional. Por intermédio da revisão bibliográfica, de fontes primárias (relatórios e notícias, coletadas de sites locais) e secundárias (artigos e livros acadêmicos), e do método indutivo, acerca dos alcances e das

² A administração e o aproveitamento do potencial hídrico da Ásia Central são de grande relevância para os países da região, especialmente para o Quirguistão e o Tadjiquistão. No entanto, o compartilhamento dos fluxos de água requer uma gestão conjunta dos recursos, o que visa mitigar o impacto que projetos de irrigação e hidrelétricas poderiam ter sobre os países localizados no baixo curso dos rios Amu e Syr Darya e seus afluentes (Vizentini, 2002).



limitações propostas pelo governo uzbeque, ainda objetiva-se entender se a integração regional centro-asiática é, de fato, um caso perdido.

A REGIÃO CENTRO-ASIÁTICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS E SEUS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO

Alexander Wendt (1992), Pia Riggirozzi e Diana Tussie (2012) definem as regiões como construções sociais moldadas por diferentes atores, sejam eles estatais ou não, cujos significados podem ser constantemente reinterpretados à medida que se alteram motivações, interesses, ideias, narrativas e políticas econômicas. Nesse espaço geográfico, em que o aspecto histórico se torna um componente essencial, práticas e relações formais e informais refletem a existência de sociedades interconectadas, criando-se diferentes contextos regionais e sub-regionais. Nesse sentido, a Ásia Central, situada no coração do continente asiático, é uma vasta e complexa região.

Cercada por grandes e médias potências, como China, Rússia, Irã, Índia e países membros da União Europeia (UE), essa característica faz do local um elo essencial de conexão, onde as fronteiras do Ocidente e o Oriente se entrelaçam por meio de uma ampla extensão de terras emergentes e uma variedade geográfica que inclui estepes, montanhas e desertos. No entanto, delimitar as fronteiras políticas da Ásia Central pode ser considerado um desafio, devido à multiplicidade de conceitos em seu em torno.

Allison e Jonson (2001), Khanna (2008) e Visentini (2011) oferecem diferentes perspectivas sobre a definição de Ásia Central, incluindo concepções que vão desde as cinco ex-repúblicas soviéticas (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) até o Tibet e o Grande Oriente Médio. No entanto, este trabalho se concentrará apenas nas repúblicas dos “cinco Istãos”, destacando elementos políticos, sociais e culturais comuns que justificam seu entendimento enquanto uma região unitária. Estes países compartilham uma trajetória civilizacional influenciada pela cultura e língua persa e turca, são majoritariamente muçulmanos sunitas e possuem uma história que remonta aos antigos itinerários da Rota da Seda e à experiência socialista.

Atualmente, a população da Ásia Central, com base em estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), é de aproximadamente 72,5 milhões de pessoas, com a seguinte participação percentual: Uzbequistão com cerca de 45%, Cazaquistão com 25%, Tadjiquistão com



13%, e Quirguistão e Turcomenistão com aproximadamente 8,5% respectivamente (AsiaPlus, 2021). Além do seu papel de “elo” entre regiões economicamente distintas (países da Europa, do Extremo Oriente e do Sudeste Asiático) e de peso demográfico, o espaço centro-asiático apresenta uma diversidade étnica significativa. Na parte setentrional, caracterizada pelo ambiente de estepes e clima severo, predominam grupos étnico-culturais eslavos, fino-úgricos e turco-mongóis, com raízes ancestrais nômades, incluindo povos de origem iraniana. Já na parcela meridional, concentram-se as populações sedentárias de origem persa e turca, como os sákas, sogdianos, bactrianos e corásmios, que na Antiguidade estabeleceram-se nos oásis locais devido às condições climáticas favoráveis para o cultivo da terra (Hambly, 1985).

Dessa forma, ainda que o tema da integração não represente necessariamente uma novidade para a região, é possível afirmar que a Ásia Central apenas possuiu uma única entidade política que a governasse em totalidade durante o período soviético (Abazov, 2008). Além disso, a não homogeneidade social, resultado tanto da complexidade geográfica e climática quanto do extenso histórico de invasões³, moldaram a configuração territorial da região, evidenciando os diversos choques civilizacionais ocorridos ao longo da sua história, a sua rica simbiose cultural e o impacto que interesses externos causaram em seu destino (Duarte, 2014; Santos, 2017).

No século XIX, o espaço centro-asiático foi cobiçado entre os Impérios Russo e Britânico no que a historiografia convencionou chamar de “Grande Jogo”. Após a vitória da Rússia czarista sobre a Coroa inglesa neste episódio, a Revolução Bolchevique de 1917 representou um ponto crucial para a mudança das políticas colonialistas russas voltadas à Ásia Central. Com isso, contrariando a percepção ocidental, os projetos territoriais-nacionais que seguiram durante a URSS buscavam resolver a fragmentação étnica da região. Movimentos nacionalistas, como aquele liderado por intelectuais modernistas uzbeques, os Jadids, visavam estabelecer a proposta *chaghataysta* para o local com apoio de Moscou, um Estado autônomo que considerasse as características sociais e culturais do que hoje conhecemos como Uzbequistão (Khalid, 2016)⁴. A participação de etnógrafos soviéticos e líderes locais nessa delimitação nacional, especialmente

³ Incluindo as invasões lideradas por povos árabes, turcos e a dominação pelo Império Mongol, que posteriormente se fragmentou em estruturas regionais como o Canato de Chaghatay e o Estado Timúrida (Hambly, 1985).

⁴ Esta colaboração continuou no período soviético, conferindo às repúblicas da Ásia Central a conservação de seus costumes e de símbolos nacionais, tais como bandeira, hino e um panteão de heróis (Khalid, 2016).



com base no fator linguístico, foi assim considerado um dos legados mais importantes do período, com implicações significativas para as iniciativas de integração no pós-1991.

A região tornou-se um centro de produção crucial para a URSS, fornecendo-lhe recursos naturais como hidrocarbonetos e *commodities* agrícolas, e desempenhou um papel estratégico fundamental enquanto base para testes nucleares e lançamento de foguetes, por estar localizada mais próxima à Linha do Equador. Além disso, militarmente, as fronteiras soviéticas ao sul serviram como ponto logístico e apoio para a invasão do Afeganistão em 1979 (Duarte, 2014). Já no aspecto econômico regional, o Kremlin promoveu uma significativa transformação das economias primárias centro-asiáticas em economias desenvolvidas. Algo que só foi possível devido às mudanças educacionais e à ênfase do progresso técnico e científico, refletidos na industrialização (Allen, 2005).

Assim, após o colapso da URSS, os jovens Estados da Ásia Central, apesar de suas particularidades étnicas, compartilhavam características semelhantes. Ao contrário das ex-repúblicas socialistas bálticas e caucásicas, que rapidamente lograram acordos com a UE e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), as nações centro-asiáticas mantinham uma forte dependência da Rússia, especialmente em termos de infraestrutura e comércio. Logo, a dissolução da URSS não apenas resultou em mudanças políticas, mas também interrompeu seu fluxo interligado de produção. Nesse sentido, a reintegração e o progresso econômico subsequente, sob o capitalismo, trouxeram desafios significativos, como a alta inflação, o desmantelamento das redes produtivas e a necessidade de modernização das sociedades locais para competir nos mercados internacionais (Linn, 2004).

Diante do cenário de transição e crise, uma cooperação foi vista de maneira mais expressiva durante os primeiros anos da década de 1990, quando instabilidades regionais causadas pelo vácuo de poder soviético forçaram um consenso sobre a necessidade de uma integração regional que garantisse o desenvolvimento econômico bem-sucedido e a sobrevivência das repúblicas centro-asiáticas enquanto Estados independentes⁵ (Zambekov, 2015).

⁵ É relevante mencionar que, antes de ganhar ressonância regional, a questão da integração na Ásia Central foi inicialmente abordada por Nursultan Nazarbayev, então presidente do Cazaquistão (1991-2019), em uma tentativa de reviver os laços étnicos túrquicos por meio da iniciativa pan-turca, conhecida como União do Turquestão, que, no entanto, não obteve sucesso (Dadabayev, 2018).



Paralelamente, e valendo-se deste contexto, a Rússia sob o comando de Vladimir Putin (1999-presente) propôs a criação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO)⁶ para a região e outros territórios que, após a emancipação política da URSS, já se encontravam sob o “guarda-chuva” da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)⁷ (Santos, 2017).

No entanto, as repúblicas centro-asiáticas já haviam iniciado seu próprio modelo de integração. Em janeiro de 1993, os “Istãos” assinaram o “Protocolo dos Cinco Estados da Ásia Central sobre um Mercado Comum”, visando a coordenação monetária após a sua saída da zona do rublo russo⁸. No ano seguinte, foi criada a União da Ásia Central (CAU)⁹, em Tashkent (capital uzbeque), inicialmente entre o Uzbequistão e o Cazaquistão. Posteriormente, com a adesão quirguiz, a cimeira realizada em Cholpon-Ata (Quirguistão), em abril de 1994, ressaltou a necessidade da cooperação política, cultural e econômica entre os Estados-parte, e declarou abertura à participação de todos os membros da CEI que estivessem dispostos a cumprir os objetivos da organização (Dadabayev, 2018).

Durante as reuniões seguintes, os líderes do Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão concordaram em formar uma união econômica e militar abrangente. Assim, foram criados órgãos de supervisão, como o Conselho de Chefes de Estado, o Conselho de Chefes de Governo e os Comitês de Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa para coordenar as políticas externas das três repúblicas e trabalhar por melhorias na segurança regional. Outros documentos importantes assinados neste período foram o “Tratado de Amizade Eterna entre a República do Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão” e o ato de fundação do Banco da Ásia Central para a Cooperação e o Desenvolvimento (BACD), em Bishkek (capital quirguiz) (Dadabayev, 2018).

⁶ Fundada em 2002, a CSTO conta atualmente com a participação da Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão, representando um importante instrumento da influência do Kremlin sobre a região centro-asiática e do Cáucaso (Visentini, 2011).

⁷ A CEI, estabelecida em 1991, foi uma iniciativa proposta pelo então presidente russo Boris Yeltsin (1991-1999). A Comunidade incluía todos os países da ex-URSS, exceto Letônia, Lituânia, Estônia e, mais recentemente, a Ucrânia.

⁸ É fundamental destacar que as repúblicas da Ásia Central não possuíam experiência nem capacidade para emitir e gerir suas próprias moedas nacionais. Diante disso, após o colapso da URSS, a Rússia, enfraquecida e preocupada com sua estabilidade econômica, impôs unilateralmente condições para o uso do rublo no exterior, o que representou o primeiro sinal para que os Estados centro-asiáticos iniciassem um processo de “distanciamento” de Moscou (Dadabayev, 2018).

⁹ O grupo também desempenhou um papel fundamental para que as Nações Unidas reconhecessem a região enquanto uma zona livre de armas nucleares. Protocolada pelo Uzbequistão em 2006 e ratificada pela ONU após pressão do Cazaquistão, essa medida aparentemente inócua teve implicações geopolíticas significativas, concedendo aos países da Ásia Central o direito de buscar seus próprios interesses de maneira independente (Dadabayev, 2018).



No ano de 1997, em Akmola (mais tarde denominada Astana, capital cazaque), discutiu-se a implementação do “Acordo sobre um Espaço Econômico de Livre Comércio” e, no início de 1998, o Conselho de Chefes de Estado reuniu-se em Ashgabat (capital turcomana) para a assinatura de uma declaração conjunta sobre a cooperação regional (BBC, 1998). No mesmo ano, após finalizado o conflito civil em seu território, o Tadjiquistão aderiu ao acordo, formando assim a Comunidade Econômica da Ásia Central (CAEC) e, em 2001, a instituição evoluiu para um novo nível de integração, sendo novamente rebatizada e ficando conhecida como Organização de Cooperação da Ásia Central (CACO) (Dadabayev, 2018).

Devido ao caráter promissor do novo organismo internacional, a Federação Russa também aderiu à CACO, em 2004. No entanto, propostas posteriores de Moscou levaram à dissolução da Organização e sua fusão com o que seria chamado posteriormente de União Econômica da Eurásia (UEE), em 2005 (Makhmutov, 2018). Diante desta situação, o Uzbequistão, então governado por Islam Karimov (1991-2016), recusou-se a aderir efetivamente à União e, na sequência, interrompeu a participação do país nas estruturas multilaterais da CEI, tanto no nível da cooperação militar, quanto economicamente, tornando-se abertamente crítico aos esforços da entidade (Pannier, 2000; Allison e Jonson, 2006).

O PAPEL DO UZBEQUISTÃO PARA A INTEGRAÇÃO CENTRO-ASIÁTICA: UMA LIDERANÇA REGIONAL?

Diante do atual cenário, se pergunta: qual a relevância da posição uzbeque e seu peso geopolítico no tabuleiro regional? Apesar de não acessar diretamente os mares e de possuir um território bastante reduzido (se comparado ao vizinho Cazaquistão, por exemplo), o país está localizado no *core* da Ásia Central, entre os rios Amu e Syr Darya. Decorrente deste arranjo geográfico e do clima apropriado para as práticas agrícolas, o Uzbequistão foi na Antiguidade o centro do assentamento dos povos e das civilizações regionais e é hoje o mais populoso e o único país centro-asiático a compartilhar fronteiras com os demais Estados na região (incluindo o Afeganistão).

Por ter se constituído assim, historicamente sedentária, ao agregar os principais núcleos políticos, culturais e o berço do Islã no local, a nação uzbeque foi também a primeira a ascender ao *status* de república federada à URSS, em 1924 (Conceição, 2022). Todas essas características



reunidas fizeram com que o Uzbequistão moderno se auto percebesse enquanto uma potência regional fortemente comprometida com sua soberania e, mais recentemente, responsável pela “liderança” da Ásia Central. Para sustentar essa imagem, no entanto, foi necessário proteger a economia doméstica e garantir a unidade nacional frente às ameaças desintegradoras do pós-1991, sobretudo àquelas relacionadas ao extremismo religioso no país.

Buscando concretizar esse objetivo, a chamada “Política da Independência” (*mustaqillik*) “rompeu” com antigo centro soviético e promoveu seu próprio desenvolvimento econômico (Starr, 2018). Tal comportamento autônomo foi também observado na forma com a qual o Uzbequistão de Islam Karimov (1991-2016) lidou com as ameaças do fundamentalismo religioso, aliando-se à Washington e à Guerra ao Terror dos EUA¹⁰. Cabe frisar que, no contexto de transição da década de 1990, diversos grupos disputaram pelo monopólio do uso da força e pela legitimidade do Estado na região, incluindo o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU), organização então apoiada pelo Talibã e pela *al-Qaeda* de Osama bin Laden¹¹.

Além disso, o processo de independência, que manteve as fronteiras estabelecidas pela URSS, mas ignorou a ausência dessa entidade, limitou a distribuição de recursos naturais, antes compartilhados, entre as jovens repúblicas. Ainda referente aos desafios da transição econômica, marcada pela “terapia de choque”, soma-se a pressão liberalizante do Ocidente sobre esses Estados cuja estrutura nacional inexistia antes de 1920 (Conceição, 2022). A escassez de insumos básicos e a dificuldade de acesso às redes de escoamento foi especialmente evidenciada na chamada “Questão da Água”, que gerou conflitos entre quirguizes, tadjiques e uzbeques¹² (Cornell e Starr, 2018).

No entanto, após superadas as preocupações econômicas e de segurança do governo, Karimov não se absteve da arena internacional e manteve ativa as alianças externas

¹⁰ O comportamento belicoso de Tashkent fez com que os uzbeques se isolassem da Ásia Central e atraiu temporariamente os interesses de Washington, que logo estabeleceu no país bases militares de trânsito e apoio logístico para a coalizão liderada pela OTAN na chamada “Guerra ao Terror” (2001-2021) (U.S. *Department of State*, 2021).

¹¹ Além disso, a incursão dos militantes do IMU no Uzbequistão, através dos territórios quirguiz e tadjique, provocou uma crise diplomática significativa entre os três países (Kelkitli, 2022).

¹² Especificamente no caso uzbeque, a necessidade de garantir irrigação agrícola choca-se frontalmente com a intenção tadjique de construir barragens hidrelétricas no rio Vakhsh, para suprir seus problemas de energia (Toktogulov, 2022).



potencialmente benéficas ao modelo uzbeque de inserção global. De acordo com a lei de 1996 sobre “Os Princípios de Atividades Políticas Estrangeiras da República do Uzbequistão”, primeiro ato legislativo que regulamentou a política externa do país, a construção de “relações iguais e mutuamente benéficas com todos os Estados” foi estabelecida (Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão, 1996). Todavia, constrangida pela falta de apoio russo, no contexto da torrente onda de extremismo, Tashkent se retirou da CSTO, e se opôs consistentemente às tentativas do Kremlin de expandir sua presença militar no Tadjiquistão e Quirguistão no início da década de 2010 (alistando o apoio da China para fortalecer sua posição) (Cornell e Starr, 2018).

À luz dessa decisão, e devido a desacordos sobre a política da CSTO em relação ao Afeganistão, o Senado uzbeque (*Oliy Majlis*) adotou um novo conceito de política externa em 2012. O documento intitulado “A Lei sobre a Aprovação do Conceito de Política Externa da República do Uzbequistão”, com base nas experiências passadas, apresentou uma nova estratégia internacional para o país, substituindo a norma de 1996, e enfatizou pontos como “evitar o envolvimento em estruturas interestatais de natureza político-militar”, “abster-se em conflitos e instabilidades regionais e extrarregionais”, e “proibir a instalação de bases estrangeiras” em seu território (Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão, 2012). Nesse sentido, é possível aferir que o novo arcabouço legislativo serviu para atenuar os anseios russos de que o Uzbequistão voltaria a sediar novas bases norte-americanas, abraçando assim uma “política de neutralidade” em suas relações segurança¹³.

Apesar de diferentes, as leis de 1996 e 2012, possuíam algumas semelhanças, sobretudo, no que diz respeito ao comportamento “regional” de Tashkent. Ambas prezavam por uma política cooperativa e de boa vizinhança, algo presente na cultura coletivista do Uzbequistão e em suas estruturas sócio-comunitárias, como nas *Mahallas*¹⁴. Com o novo Conceito, no entanto, o Uzbequistão passou a promover uma diplomacia propositiva em sua fronteira sul, oportunizando

¹³ O princípio, que passou a proibir a participação uzbeque em operações de manutenção de paz da ONU, também representou uma mudança fundamental na política externa do Uzbequistão, uma vez que a Doutrina Militar de 1995 permitia explicitamente que as forças armadas do país participassem de missões desta natureza (Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão, 1995).

¹⁴ As *Mahallas*, outro marcador da conformidade e unidade uzbeque, deriva do árabe *mahali*, que significa “local”, e é usada formalmente no Uzbequistão para se referir a bairro, comunidade ou unidade administrativa, liderada pela sociedade civil.



a reintegração do Afeganistão nas estruturas econômicas regionais. Como base para as negociações de paz talibã-afegãs, a administração Karimov propôs ainda um processo “6+3”, no qual os seis vizinhos do Afeganistão (China, Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão) seriam apoiados por Rússia, EUA e OTAN (Starr, 2018).

Esse comportamento participativo no cenário global obteve maior materialidade recentemente, com iniciativas adotadas pelo atual presidente, Shavkat Mirziyoyev (2016-presente). A evolução política da diretriz de 2012 conferiu à nova administração implementar uma série de reformas, incluindo a “Estratégia de Desenvolvimento para 2017-2021” (Weitz, 2018; Abraço, 2020). Além de enfatizar a independência e a soberania nacionais, bem como a manutenção de relações equilibradas com outros países, o governo Mirziyoyev ajustou algumas táticas na busca desses objetivos, como “melhorar a estrutura legal da política externa e das atividades econômicas do Uzbequistão, bem como a base legal para a cooperação internacional”, e, principalmente, “resolver questões de delimitação e demarcação de fronteiras do Estado uzbeque” (Ministério de Investimento e Comércio Exterior do Uzbequistão, 2017).

Como parte deste movimento, Mirziyoyev recuperou o apelo regional e apresentou um novo formato para o processo de integração da Ásia Central, as chamadas “Reuniões Consultivas dos Chefes de Estado”, aventada em 2017, quando o presidente participou da 72ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Segundo o mandatário:

Estando no coração da Ásia Central, o Uzbequistão está diretamente interessado para que a região se torne uma zona de estabilidade e desenvolvimento sustentável. Uma Ásia Central pacífica e economicamente próspera é o nosso objetivo mais importante e a nossa principal tarefa. O Uzbequistão está resolutamente disposto ao diálogo, à interação construtiva e ao fortalecimento da boa vizinhança (UZA, 2019, n.p).

Nesse sentido, a primeira cimeira de chefes de Estado ocorreu em 2018, em Astana, e a segunda em 2019, em Tashkent. Uma reunião agendada para 2020 no Quirguistão foi adiada devido à pandemia do coronavírus, no entanto, encontros seguiram em 2021, no Turcomenistão, em 2022, no Quirguistão (após o qual foi assinado um acordo sobre “Amizade, boa vizinhança e cooperação entre as repúblicas para o desenvolvimento da Ásia Central no século XXI”) e, em 2023, no Tadjiquistão. Nas ocasiões foram oficializados tratados de cooperação militar,



econômica, cultural e humanitária, abertos postos fronteiriços e introduzido um regime de isenção de vistos, o que contribui para a intensificação da circulação de pessoas e de bens e serviços na Ásia Central (UNRCCA, 2023).

Estima-se que, apenas entre 2017 e 2018, cerca de 2,3 milhões de cazaques, 1,4 milhões de quirguiz e tadjiques e 600 mil turcomanos tenham visitado o Uzbequistão. Observou-se também que o volume do comércio entre os Estados centro-asiáticos em 2021 aumentou 55% em relação a 2016 (Review-UZ, 2022). Segundo o Centro de Investigação e Reformas Econômicas do Uzbequistão para 2021, a participação das repúblicas da Ásia Central no comércio externo uzbeque ascendeu a US\$ 6,3 milhões, o que representa cerca de 15,1% em relação à parcela de exportação total do país (Saud, 2018; Gazeta-UZ, 2021).

Sob a liderança de Mirziyoyev, Tashkent tem demonstrado um compromisso renovado em resolver as assimetrias regionais na Ásia Central. Recentemente, o governo fez concessões importantes em disputas fronteiriças com o Quirguistão e avançou em acordos com o Tadjiquistão e o Cazaquistão. Além disso, o Uzbequistão tem desempenhado um papel construtivo como mediador de conflitos, como durante a crise na fronteira entre Tadjiquistão e Quirguistão em 2021. O país também está focado em abordar os desafios ambientais, especialmente relacionados à exaustão dos recursos hídricos e às mudanças climáticas. Para isso, apresentou o programa da “Agenda Verde para a Ásia Central”, visando descarbonizar a economia, promover o uso sustentável de energias renováveis e buscar alternativas para o gerenciamento conjunto da água (Uz-Daily, 2022).

No âmbito da iniciativa chinesa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*, BRI), o Estado uzbeque ainda assumiu protagonismo em vários canais de transporte, como o projeto ferroviário Trans-Afegão, avaliado em US\$ 6 bilhões, com previsão de conclusão até 2027, e a linha China-Quirguistão-Uzbequistão, que é pauta de discussões há mais de duas décadas e, recentemente, ganhou impulso (Gerstl e Wallenböck, 2020; Ozod, 2023). Ambas empreitadas são exemplos de como a infraestrutura pode promover a cooperação e o desenvolvimento regional, conectando diferentes países e mercados, e, mais do que isso, demonstram como Tashkent detém o potencial de melhorar o comércio, a mobilidade e a segurança na Ásia Central, além de criar novas oportunidades para o crescimento econômico e o progresso social. No entanto, apesar dos



recentes avanços, ainda existem numerosos desafios que impedem o fortalecimento da liderança uzbeque frente ao processo de integração.

DESAFIOS À VISTA: OS DILEMAS E OS CONDICIONANTES PARA A INTEGRAÇÃO NA ÁSIA CENTRAL

Para compreender os fatores que influenciam e, em certa medida, restringem o regionalismo na Ásia Central, é crucial determinar o tipo de regionalismo em questão. A partir dessa definição, torna-se essencial analisar os fatores regionais, extrarregionais e, não menos importante, os fatores conjunturais e estruturais associados a esse vasto espaço geográfico. Nesse sentido, algumas diferenciações precisam ser estabelecidas. Karina Mariano, Regiane Bressan e Bruno Luciano (2021) propõem uma subdivisão do regionalismo empírico, ou seja, das práticas de regionalismo que envolvem graus de institucionalização. Para os autores, essas práticas podem ser divididas em três categorias: Consulta, Cooperação e Integração.

No nível de *Consulta*, os atores estatais desempenham um papel central no processo de regionalismo, possuem uma agenda restrita e, de maneira coletiva, não compõem quadros institucionais consolidados. Na *Cooperação*, o design institucional é limitado e o nível de interdependência permanece baixo, mas existem mecanismos de consulta mais complexos e agendas regionais, restritas à temas prioritários. Já na *Integração*, há um maior envolvimento de atores estatais, não-estatais e regionais, com uma agenda ampla e um consenso sobre normas comuns, desde temáticas de cunho social e político a tópicos estritamente econômicos e comerciais. Devido à sua profundidade institucional, tais organizações tendem a ser mais duradouras e possuem uma dimensão econômica maior, que se desenvolve através de áreas de livre comércio, união aduaneira ou mercados comuns (Mariano, Bressan e Luciano, 2021).

No caso da Ásia Central, o regionalismo empírico sempre foi pautado pela política externa dos países circundantes. Essa influência atua como um condicionante extrarregional e estrutural, uma vez que se relaciona com a geografia política do continente asiático e com a distribuição de poder e capacidades no Sistema Internacional. Iniciativas como a UEE, a CSTO e a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), por exemplo, contribuem para essa realidade. Essas entidades, lideradas pela Rússia e pela China, principais parceiros comerciais da região, frequentemente impõem agendas geopolíticas que nem sempre coincidem com os interesses



locais. Além da cooperação sino-russa, Índia e Turquia também emergem como atores estratégicos na região, defendendo interesses divergentes (Ozod, 2023).

No entanto, a despeito de eventuais desacordos, tais agentes priorizam as negociações bilaterais com os Estados centro-asiáticos em vez de uma abordagem de bloco. Esse entendimento, que interpreta a Ásia Central enquanto uma “zona de exclusividade”, é defendido por Moscou e Pequim, que veem a região como uma rota de trânsito vital entre Oriente e Ocidente sob sua influência. Tal percepção ainda encontra lastro teórico na obra *“Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction”*, onde o geoestrategista britânico Halford Mackinder teoriza sobre o *“Heartland”*, neste caso, a Ásia Central. Mackinder acreditava que a nação que dominasse esta área possuiria uma grande facilidade de se expandir em diversas direções, tornando-se um Estado terrestre e marítimo: “Quem domina a Europa Oriental controla o *Heartland*; quem domina o *Heartland* controla a *World Island*; quem domina a *World Island* controla o mundo” (Mackinder, 1919 apud Mello, 1999, p.56).

Além disso, existem ainda outros aspectos estruturais a serem considerados para a concretização de uma integração centro-asiática, estes, porém, na esfera regional. Sabe-se que a semelhança cultural, a proximidade de valores nacionais e religiosos, a infraestrutura compartilhada e os desafios socioeconômicos e de segurança contribuem para uma cooperação mais estreita ou, nas palavras de Riggiorozzi e Tussie (2012), para uma coesão regional. Essa coesão envolve o consenso entre os atores sobre o compartilhamento de recursos e o engajamento em questões econômicas e sociais. Além de refletir o aspecto comunitário de um espaço construído conjuntamente, isso implica em um senso de identidade e pertencimento, tanto para os atores internos quanto externos desta região (2012). Segundo Neil MacFarlane (2015), a identidade desempenha dois papéis importantes, ainda que não sejam definitivos, no comportamento das alianças na Ásia Central ao moldar o contexto estratégico no qual os Estados definem suas políticas de segurança e seus potenciais aliados.

Levando isso em consideração, Tanbaev Ozod (2023) destaca que a ausência de uma identidade coletiva centro-asiática e perspectivas diversas, moldadas por uma interação complexa de fatores históricos, culturais, políticos e econômicos, constituem obstáculos significativos para o progresso da integração regional. Embora o conceito de “Nação” seja relativamente recente na



história, como indicado por Eric Hobsbawm (1990, p.19), o sentimento de identidade nacional, em alguns casos, antecede a formação dos Estados territoriais. Nesse sentido, enquanto o Tadjiquistão é influenciado pela herança cultural e linguística persa, e os demais Estados da Ásia Central pelas raízes turcas, Cazaquistão e Quirguistão (membros da UEE e da CSTO) se consideram parte da Europa, enquanto as nações tadjique, turcomana e, principalmente, uzbeque tendem ao Mundo Islâmico (Zhambekov, 2015; Ozod, 2023).

Essa dinâmica não apenas reflete as marcas do processo de formação da URSS na primeira metade do século XX, mas também aprofunda as contradições de seu colapso em 1991. Com o desaparecimento do bloco socialista, a unidade política que mantinha o “caldeirão étnico” da Ásia Central interligado deu vazão a inúmeros problemas conjunturais, com alguns países valorizando seu passado soviético, enquanto outros sua soberania nacional. Além disso, as assimetrias em termos de capacidades econômicas e de produção ficaram evidentes, e enquanto Cazaquistão, Turcomenistão e Uzbequistão lograram acesso aos principais campos de exploração de petróleo e gás natural da região, Quirguistão e Tadjiquistão foram menos favorecidos. Essas diferenças, especialmente no setor da disponibilidade e distribuição de recursos, levaram a desavenças regionais significativas nas primeiras décadas de sua emancipação política (Zhambekov, 2015).

Outro exemplo dramático deixado pelo vácuo de poder soviético foi melhor observado no Tadjiquistão, onde uma guerra civil (1992-1997) eclodiu devido à disputa pelo controle do país entre os antigos líderes locais e fundamentalistas islâmicos. Dessa forma, é possível afirmar que o conflito tadjique, o posterior assalto Talibã ao Afeganistão (1996-2001) e sua ingerência internacional foram decisivos para o recrudescimento da posição belicosa de Tashkent em relação à Ásia Central e à Rússia durante os anos 2000, que, diferentemente dos vizinhos, baseou fortemente seu processo de independência no discurso nacionalista. Além de causar tensões fronteiriças com o Turcomenistão e o Cazaquistão, esse comportamento também pode ser compreendido como uma das principais razões conjunturais para a ineficiência dos esforços de integração regional centro-asiáticos. De acordo com Selda Atik (2014, p. 1333):

O problema comum nas integrações econômicas vividas até o momento na região [da Ásia Central] é que, com medo de perder a soberania nacional, os membros de tais formações sempre agiram de acordo com seus próprios interesses nacionais, em vez de servir a propósitos supranacionais.



Como foi famosamente afirmado pelo presidente Islam Karimov, “nenhum dos Estados pós-soviéticos se opõe à integração. Ao mesmo tempo, nenhum vai abandonar a sua independência” (Karimov, 1992, p. 302). Ainda no caso uzbeque, ao caracterizar os acordos da CAEC, Karimov declarou:

Esta região sempre esteve integrada de uma forma ou de outra. Após a independência, os povos centro-asiáticos perceberam uma vez mais a necessidade de construir coletivamente o seu próprio futuro. Um dos passos práticos nesta direção foi a assinatura de um Acordo, em Tashkent, entre os Presidentes do Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão, sobre o Espaço Econômico Comum entre estes Estados soberanos da Ásia Central (Karimov, 1992, p. 311).

Portanto, o principal objetivo político do Uzbequistão e dos demais países da região foi centrado na criação de um mercado comum e na promoção de uma zona de livre comércio. Qualquer proposta além dessas diretrizes alarmava as lideranças locais, levando-as a buscar “proteger” a autonomia do Estado (Tolipov, 2019). Outro exemplo que reforça o argumento do intergovernamentalismo centro-asiático, cuja prioridade é assegurar a soberania decisória de seus governos frente a de organizações supranacionais, ocorreu em 2021, durante um acordo proposto no âmbito das Reuniões Consultivas dos Chefes de Estado. Na ocasião, Tadjiquistão e Turcomenistão se abstiveram em estabelecer compromissos relacionados à coordenação de respostas às ameaças extrarregionais. Essa situação fez com que especialistas justificassem a recusa do Tadjiquistão em aceitar o acordo por conta de disputas territoriais na fronteira quirguiz, enquanto no caso turcomano a proposta poderia impactar em sua posição internacional de “neutralidade eterna” (Sputnik, 2022).

Existem, assim, elementos extrarregionais, regionais, estruturais e conjunturais que dificultam o desenvolvimento do regionalismo empírico na Ásia Central, principalmente aquele voltado à integração. No entanto, a interferência externa e a assimetria entre esses países, aliada aos conflitos de interesses e à falta de um consenso de identidade compartilhada, não são os únicos obstáculos para as iniciativas regionais. Outro elemento de crucial importância para esse processo surge do contexto internacional, em uma tendência conjuntural observada por Mariano, Bressan e Luciano (2021). Esse fator se relaciona diretamente com os desafios impostos à integração, nomeado de *Regionalismo Líquido*, que, de acordo com os autores (2021, p.6):



É caracterizado pelo baixo comprometimento de atores (especialmente atores estatais e governamentais), o que reforçou a ideia de que normas regionais e estruturas são voláteis e mutáveis, feitas não para se cristalizarem ou se perpetuarem. Essa é a principal característica da lógica líquida, já que o conceito se refere a relações instáveis. [...] Processos de integração perdem sua capacidade de prover previsibilidade e confiança aos participantes, que começam a interagir em um contexto em que há limites e padrões que são constantemente alterados, ou pelo menos, menos reforçados.

Essa tendência, exposta pelo *Regionalismo Líquido*, pode ser também inserida em um contexto mais amplo de descrédito e desconfiança das instituições internacionais e do multilateralismo global. Tal cenário de esfacelamento das normas estabelecidas no pós-Guerra Fria, é explicado por Maria Lima e Marianna Albuquerque (2021). Para elas, a crise do multilateralismo pode ser caracterizada como a inaptidão das instituições e mecanismos multilaterais em oferecer soluções para uma variedade de questões, como paz e segurança, pandemias, desenvolvimento sustentável, mudança climática, direitos humanos e governança econômica. Diante desta ineficácia, observa-se um movimento em que os Estados, em vez de buscar fortalecer essas instituições, optam por estabelecer mecanismos informais fora de fóruns coletivos estabelecidos, o que, evidentemente, acaba por dificultar a aplicação do modelo ocidental de integração regional no mundo e, conseqüentemente, aquele pretendido pelos Estados da Ásia Central (Lima e Albuquerque, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme visto, a integração regional pode possuir diversas motivações, mas essencialmente envolve uma cooperação entre Estados para atender às necessidades de sua política externa. No caso da Ásia Central, o tema do regionalismo, ou mesmo da integração regional, não é uma novidade. Apesar de parecer uma região “alheia” às grandes transformações mundiais, ou mesmo “marginal” às principais discussões da arena internacional, a vasta extensão territorial centro-asiática serviu de pano de fundo para importantes iniciativas regionais do passado. No entanto, a despeito das diversas tentativas, a implementação de um processo de integração, principalmente após a sua independência da URSS, em 1991, nunca seguiu adiante, por quê?

Para responder esse questionamento foi necessário analisar as potencialidades da liderança regional uzbeque e sua disposição em assumir os custos da integração centro-asiática.



Em um momento inicial, e de considerável instabilidade política e econômica, o comportamento internacional do governo Karimov foi baseado no fortalecimento da independência e soberania nacionais, maximizando a segurança do Uzbequistão e impedindo que atores externos interferissem em seus assuntos domésticos. As iniciativas recentes de Tashkent, por sua vez, demonstram uma abordagem mais construtiva e vem permitindo resolver questões pendentes e promover avanços significativos em áreas como políticas comerciais, demarcação de fronteiras e gestão de recursos.

Essas mudanças conjunturais, sobretudo ocorridas durante o mandato de Mirziyoyev, posicionam o país enquanto uma liderança regional, fortalecendo o regionalismo e refletindo seu compromisso com a integração da Ásia Central. Nesse sentido, apesar de não terem necessariamente se surpreendido com a independência, as repúblicas centro-asiáticas precisaram lidar com desafios decorrentes da transição para uma economia de mercado e do vácuo de poder deixado pela URSS. Isso levou os países da região a buscar alianças de desenvolvimento regional, um compromisso que desafiou a visão de que tais repúblicas eram incompatíveis com instituições supranacionais. Os Estados da Ásia Central assim reconhecem a importância dos temas econômicos na formação de preferências, evidenciada pela cooperação tentada desde a criação da CAEC, em 1994, às Reuniões Consultivas dos Chefes de Estado, iniciadas em 2018.

No entanto, como advertem Mariano, Bressan e Luciano (2021), além da cooperação, a integração implica no desenvolvimento institucional, acarretando em custos mais elevados para os países envolvidos nesse processo devido à necessidade do compartilhamento de sua soberania. Dessa forma, mesmo que existam consensos alcançados e uma liderança regional, persiste uma grande dificuldade em assumir os custos limitadores de uma união institucionalizada. Além disso, a integração na Ásia Central parece também ser afetada por outros quatro fatores que operam e se condicionam em dois ambientes distintos, o extrarregional e o regional-nacional. No nível internacional, esses fatores podem ser divididos em dois grupos, aqueles de ordem exógena estrutural e aqueles exógenos conjunturais. De maneira similar, no contexto regional, tais condições se restringem àquelas endógenas estruturais e conjunturais, conforme melhor observado no quadro 1, a seguir:



Quadro 1: Demonstrativo de causalidades à integração regional na Ásia Central

*As representações em “seta” indicam as relações de influência.

Fonte: Elaboração própria.

Como exemplos de fatores exógenos estruturais e conjunturais se encontram, respectivamente, a distribuição de poder no Sistema Internacional e as limitações geopolíticas dela decorrentes, impostas à região por interesses externos, e a recente tendência à desregulamentação burocrática e a flexibilização de instituições internacionais e de integração frente à crise do multilateralismo global. Enquanto que, na categoria dos fatores endógenos estruturais e conjunturais, podem ser listados: a formação sociocultural da Ásia Central, seu processo de construção de Estado e a ausência de uma coesão identitária interna, e as mudanças na agenda de política externa das repúblicas centro-asiáticas, em especial, do Uzbequistão.

É fato que, diante deste cenário, a ausência de uma identidade comum e o apego irrestrito à soberania nacional ainda representam um desafio a longo prazo para o progresso da integração na Ásia Central, uma vez que dificultam o desenvolvimento de confiança, respeito e compreensão mútua entre os seus atores. Se faz igualmente necessário considerar que, mesmo sendo o país mais populoso e com forte potencial de influenciar a dinâmica da regionalização econômica e política, o Uzbequistão carece de autonomia para, sozinho, sustentar um projeto de grandes proporções e é neste ponto onde reside a difícil tarefa de equilibrar os interesses antagônicos de gigantes como Rússia e China no local.



Não se pode menosprezar o fato de que a região é influenciada desde 1991 pelo colapso da URSS, pela insegurança regional e pela expansão econômica de Pequim, que busca novos mercados e matérias-primas a preços mais baixos. Portanto deve-se sublinhar que a Ásia Central está na interface das aspirações dos principais atores geopolíticos que tentam influenciar a tendência do desenvolvimento local, uma característica presente desde a Antiguidade em torno de choques civilizacionais de uma área comprimida entre grandes potências (Hambly, 1985).

Para Cornell e Starr (2018) “a cooperação centro-asiática deve permanecer centro-asiática de modo a evitar que perca seu propósito novamente”. Desta forma, para fugir de armadilhas deterministas e utilizar paralelamente a sua principal “desvantagem” a seu favor, os “Cinco da Ásia Central” precisam continuar desenvolvendo medidas eficazes para enfrentar quaisquer intervenientes externos, a fim de considerar os seus interesses. Assim, dada a sua posição de “pivô” geoestratégico no *Heartland* é imperativo reconhecer que a teoria de Mackinder ainda possui forte relevância e valor explicativo para a compreensão das dinâmicas locais, e que a sombra estrangeira sobre este território dificilmente desaparecerá.

Uma vez que a institucionalização de práticas e a sua transformação em uma organização formal, munida de regras e burocracias, possam levar à intervenção direta de potências, bem como ao colapso do projeto de integração regional centro-asiático: 1) manter o formato de reuniões consultivas, aumentando a frequência desses encontros ao nível dos Chefes dos Negócios Estrangeiros e dos Departamentos de Defesa de cada país e 2) estabelecer a prática de tomada de decisões com base no consenso, podem ser algumas saídas. No entanto, a principal medida a ser adotada recai sobre a (ainda) atual necessidade de se pensar um modelo próprio de integração, considerando as particularidades políticas, econômicas e geográficas da Ásia Central, sendo ainda necessário analisar este processo no âmbito de uma profunda crise do multilateralismo e das iniciativas de agrupamentos regionais. Assim, conclui-se que tanto a integração centro-asiático, como a liderança regional do Uzbequistão, são muito mais casos de ajustes de termos e expectativas do que casos perdidos e que, talvez, a próxima questão a ser realizada seja qual o tipo de união pretendida pela Ásia Central diante das suas complexidades e de que forma Tashkent pode potencializar as funcionalidades desta aliança?



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abraço, A. (2020). "Introducing Mirziyoyev's Uzbekistan". Spotlight on Uzbekistan. Londres: Centro de Política Externa. Disponível em: <https://fpc.org.uk/wp-content/uploads/2020/07/Spotlight-on-Uzbekistan.pdf>. (Acesso em: 02 nov. 2023)
- Abazov, R. (2008). *The Palgrave concise historical atlas of central Asia*. Palgrave Macmillan: Nova Iorque.
- Allen, R. C. (2005). A reassessment of the Soviet Industrial Revolution. *Comparative Economic Studies*, 47(2), p. 315-332.
- Allison, R.; Jonson, L. (2001). *Central Asian Security: The New International Context*. Brookings Institution Press.
- AsiaPlus (2021). The population of Central Asia is growing and with it poverty and social problems. AsiaPlus. Disponível em: <<https://asiaplustj.info/ru/news/centralasia/20210729/kak-uluchshit-chelovecheskii-kapital-v-stranah-tsentralnoi-azii>>. (Acesso em: 02 nov. 2023)
- Atik, S. (2014). Regional Economic Integrations in the post-Soviet Eurasia: An analysis on cause of inefficiency. 2nd World Conference On Business, Economics And Management -WCBEM 2013. Ancara: Elsevier.
- Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão (1995). O'zbekiston Respublikasining Harbiy Doktrinasi (A Doutrina Militar da República do Uzbequistão), Uzbequistão, 1995. Recuperado de <https://lex.uz/docs/-134024>. (Acesso em: 02 nov. 2023)
- Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão (1996). Ukaz ob Osnovnykh Printsipakh Vneshnepoliticheskoy Deyatel'nosti Respubliki O'zbekiston (A Lei sobre os Princípios das Atividades Políticas Estrangeiras da República do Uzbequistão), Uzbequistão, 1996. Recuperado de <https://lex.uz/docs/39322>. (Acesso em: 02 nov. 2023)
- Base de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão (2012). O'zbekiston Respublikasining Tashqi siyosiy faoliyati konsepsiyasini tasdiqlash to'g'risida (Lei Sobre a Aprovação do Conceito de Atividade Política Estrangeira da República do Uzbequistão),



Uzbequistão, 2012. Recuperado de https://parliament.gov.uz/uz/info/press/9508?sphrase_id=6883278. Acesso: 30.02.2023. (Acesso em: 02 nov. 2023)

Conceição, G. G. da (2022). *Revolução e Construção do Estado na Ásia Central: o caso do Uzbequistão*. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

Cornell, S.E.; Starr, S.F. (2018). Regional Cooperation in Central Asia: Relevance of World Models. The Central Asia-Caucasus Analyst. Disponível em: <https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13547-regional-cooperation-in-central-asia-relevance-of-world-models.html>. (Acesso em: 08 out. 2023)

Dadabaev, T. (2018). Uzbekistan as Central Asian game changer? Uzbekistan's foreign policy construction in the post-Karimov era. *Asian Journal of Comparative Politics*, 4(2), 162–175, [online]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2057891118775289>. (Acesso em: 20 dez. 2024)

Duarte, Paulo (2014). Ásia Central: os meandros da História e da Geografia. *JANUS.NET: e-Journal of International Relations*, 5(1), maio/out.

Fanger, S. (2023). Central Asian Economies Forge Ahead with Strong Growth Despite Geopolitical Challenges. *Caspian Policy Center*. Disponível em: <https://www.caspianpolicy.org/research/energy-and-economy-program-eep/central-asian-economies-forge-ahead-with-strong-growth-despite-geopolitical-challenges>. (Acesso em: 11 abr. 2024)

Gazeta-UZ (2022). Changes are planned to be made to the Foreign Policy Concept. *Gazeta-uz*. Disponível em: <https://www.gazeta.uz/ru/2021/01/19/foreign-policy/>. (Acesso em: 01 nov. 2023)

Gerstl, A.; Wallenböck, U. (2020). *China's Belt and Road Initiative: Strategic and Economic Impacts on Central Asia, Southeast Asia, and Central Eastern Europe*. Reino Unido: Taylor & Francis.

Hambly, G. (1985). *Asia Central*. México: Siglo XXI Editores.



- Hobsbawm, E. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e terra.
- Karimov, I. (1992). Uzbekistan na Poroge [Uzbekistan on a verge of XXI century: Challenges to its Security, Conditions and Guarantees for Progress] XXI Veka: Ugrozy Bezopasnosti, Uslovia i Garanatii Progressa. Moscow: Drofa.
- Khalid, A. (2016). *Making Uzbekistan: Nation, Empire, and Revolution in the Early USSR*. 1st ed. Cornell University Press.
- Kelkitli, F. A. (2022). Uzbekistan's Foreign Policy Under the Leadership of Mirziyoyev: Struggle to Sustain Autonomy. *Marmara University Journal of Turkology*, 2022, 9(1), pp.25-43.
- Khanna, P. (2008). *The Second World. Empires and Influence in the New Global Order*. New York: Random House.
- Lima, M. R. S; Albuquerque, M (2021). Reordenamento global, crise do multilateralismo e implicações para o Brasil. *Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)*, Policy Note, [online]. Disponível em: <<https://www.cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/reordenamento-global-crise-do-multilateralismo-e-implicacoes-para-o-brasil>>. (Acesso em: 02 nov. 2023)
- Linn, J. F. (2004). *Economic (Dis)Integration matters: the Soviet collapse revisited*. The Brookings Institution.
- Macfarlane, S. N. (2015). 'Identity and alignment in Central Eurasia' In. Ayoob, M., e Ismayilov, M. (Eds.). *Identity and Politics in Central Asia and the Caucasus* (1st ed.). Routledge.
- Mariano, K. P; Bressan, Regiane, N; Luciano, B. T (2021). Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the americas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [S.L.], 64(2), p. 1-19.
- Makhmutova, E.V. (2018). Central Asia in search of its own integration model, *Bulletin of MGIMO-University*, No. 4 (61), pp. 78-91.
- Mello, L. I. A. (1999). *Quem tem medo da geopolítica?*. São Paulo: Hucitec/Edusp.



Ministério de Investimento e Comércio Exterior do Uzbequistão (2017). Development strategy of the new Uzbekistan (Estratégia de desenvolvimento do novo Uzbequistão). Recuperado de <https://invest.gov.uz/mediacenter/news/development-strategy-of-the-new-uzbekistan/>. (Acesso em: 13 mar. 2023)

Ozod, T. (2023). How Uzbekistan Promotes Regional Integration in Central Asia. The Diplomat. Disponível em: <<https://review.uz/post/infografika-torgovlya-uzbekistana-so-stranami-centralnoy-azii-v-2021-godu>>. (Acesso em: 01 nov. 2023.)

Pannier, B. (2000). “Uzbequistão: Ministro anuncia planos para sair do Pacto de Defesa da CEI”. Free Europe-Radio Liberty, 2000. Recuperado de <https://www.rferl.org/a/1090491.html>. (Acesso: 09 fev. 2022)

Review-UZ (2022). “Infographics: Trade of Uzbekistan with Central Asian countries for December 2021”. Review-UZ. Disponível em: <<https://review.uz/post/infografika-torgovlya-uzbekistana-so-stranami-centralnoy-azii-v-2021-godu>>. (Acesso em: 01 nov. 2023)

Riggirozzi, P.; Tussie, D. (2012). ‘The Rise of Post-Hegemonic Regionalism’. In: RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. (Eds.). The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America. [S.L.]: Springer, p. 1-16, 2012.

Rosenau, J. N. (1968). “Patterned Chaos in Global Life: Structure and Process in the Two Worlds of World Politics”, International Political Science Review / Revue internationale de science politique, Vol. 9, No. 4, pp. 327-364.

Saud, A. (2018). Mudando a dinâmica da política externa do Uzbequistão sob Shavkat Mirziyoyev: Perspectivas para a integração econômica regional da Ásia Central. *Jornal da Ásia Central*, 82 (1): 1-35.

Sputnik (2022). Only three out of five Central Asian countries have signed a treaty of friendship and good neighborliness. Sputnik. Disponível em: <<https://ru.sputnik.kz/20220721/tolko-tri-strany-tsa-iz-pyati-podpisali-dogovor-o-druzhbe-i-dobrosos-edstve-26258186.html>>. (Acesso em: 01 nov. 2023)



Starr, F. (2018). *Uzbekistan's New Face*, ed. S. Frederick Starr and Svante E. Cornell. London.

Santos, J. C. (2017). “Ásia Central: A Importância Geoestratégica de uma Região Desconhecida”. *História, Natureza e Espaço - Revista Eletrônica*, Grupo de Pesquisa NIESBF.

Tolipov, F. (2019). *Central Asia: Delayed Consultations, Suspended Integration*. The Central Asia-Caucasus Analyst. Disponível em: <<https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13578-central-asia-delayed-consultations-suspended-integration.html>>. (Acesso em: 07 out. 2023)

Toktogulov, B. (2022). “Uzbekistan's Foreign Policy Under Mirziyoyev: Change or Continuity?”. *Eurasian Research Journal*, 4 (1), 49-67, 2022. Recuperado de: <https://dergipark.org.tr/en/pub/erj/issue/68365/1066059>. (Acesso em: 09 fev. 2023)

U.S. Department of State (2021). “U.S. Relations with Uzbekistan”. <https://www.state.gov/u-s-relations-withuzbekistan/>. (Acesso em: 04 set. 2023)

UNRCCA (2023). “Srsg Kaha Imnadze Participates at the Fifth Consultative Meeting of Heads of State of Central Asia”. UNRCCA. Disponível em: <<https://unrcca.unmissions.org/srsg-kaha-imnadze-participates-fifth-consultative-meeting-heads-state-central-asia>>. (Acesso em: 01 nov. 2023)

Uz-Daily (2022). “The ‘green’ agenda for Central Asia is a factor in the sustainable development of the region”. Uz-Daily. Disponível em: <<https://uzdaily.uz/ru/post/70449>>. (Acesso em: 01 nov. 2023)

UZA (2019). “A qualitatively new stage in the development of regional dialogue at the highest level”. UZA. Disponível em: <<https://uza.uz/ru/posts/kachestvenno-novyy-etap-razvitiya-regionalnogo-dialoga-na-vy-30-11-2019>>. (Acesso em: 01 nov. 2023)

Vizentini, P. F. (2002). *Oriente Médio e Afeganistão: Um Século de Conflitos*. Porto Alegre: Leitura XXI.



Visentini, P. F. (2011). *O Dragão Chinês e o Elefante Indiano: A Ascensão da Ásia e a Transformação do Mundo*. São Paulo: Leitura XXI.

Weitz, R. (2018). Uzbekistan's New Foreign Policy: Change and Continuity under New Leadership. In Starr, F. and Cornell, S. Uzbekistan's New Face, ed. S. Frederick Starr and Svante E. Cornell. (82–114). London.

Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 391-425.

Zhambekov, N. (2015). Central Asian Union and the Obstacles to Integration in Central Asia. *The Central Asia-Caucasus Analyst*. Disponível em: <https://www.cacianalyst.org/publications/analytical-articles/item/13116-central-asian-union-and-the-obstacles-to-integration-in-central-asia.html>. (Acesso em: 08 out. 2023)

